



RESOLUÇÃO

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias e CERCI's desempenham hoje um papel determinante no âmbito da acção social, substituindo-se ao Estado, no cumprimento das funções que constitucionalmente lhe cabem na protecção e apoio à Infância e à Terceira Idade, bem como no âmbito do Ensino Especial.

Hoje, são milhares as Instituições existentes, distribuídas geograficamente por todo o território nacional, gerando para cima de 200 mil postos de trabalho que cumprem um papel social, em termos nacionais, muito significativo e em termos regionais ou locais, quantas das vezes determinante, como maior empregador.

Pela intervenção que estas Instituições desenvolvem no apoio social às populações, mas também pelo peso que a sua acção tem na actividade económica, mormente pelo número de postos de trabalho directos e indirectos que gera, devem merecer a necessária atenção por parte do Governo.

Contudo, as Instituições de Solidariedade Social não funcionam sem trabalhadores e são estes o garante fundamental da qualidade e quantidade de serviços prestados aos cidadãos, na área da acção social, pelo que o Governo e as entidades empregadoras não podem, por um lado, pôr em causa o direito ao emprego e a precariedade e por outro, manter os baixos salários que caracterizam o sector.

O Governo prepara-se para não aumentar ou mesmo reduzir as participações para as Instituições, o que no imediato agravará as dificuldades que algumas já atravessam, em resultado da crise social existente, de que são paradigmas o desemprego e os salários de miséria, e porá boa parte das mesmas em sérias dificuldades económicas e financeiras.

E já se perspectiva que serão os trabalhadores e utentes as principais vítimas desta situação. Os primeiros, serão confrontados com o aumento da



precariedade laboral, com a redução efectiva dos seus salários e mesmo com despedimentos colectivos. Os segundos, serão confrontados com o aumento das suas participações ou mesmo, a impossibilidade de usufruírem do serviço, devido ao seu encerramento.

Por isso, os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias e CERCI's estão em luta, manifestando nesta Concentração e na Greve que está a decorrer, o seu profundo descontentamento e repúdio por esta situação bem como a sua exigência de que:

- Sejam garantidas pelo Governo às Instituições, as condições financeiras para a sua normal laboração, não pondo em causa os postos de trabalho e a legítima actualização dos seus salários, já de si tão desvalorizados;
- As Instituições negoceiem actualizações salariais para o ano de 2010 que comportem a recuperação do poder de compra perdido em anos anteriores e salvaguardem o aumento do custo de vida no ano em curso.

Os trabalhadores, concentrados junto ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, em Lisboa, no dia 28 de Julho de 2010, decidem dar continuidade a esta luta, com a concretização de novas acções, caso o Governo não proceda à actualização das participações para as Instituições e estas garantam o emprego e a actualização dos salários.

Lisboa, 28 de Julho de 2010

Os Trabalhadores presentes na
Concentração